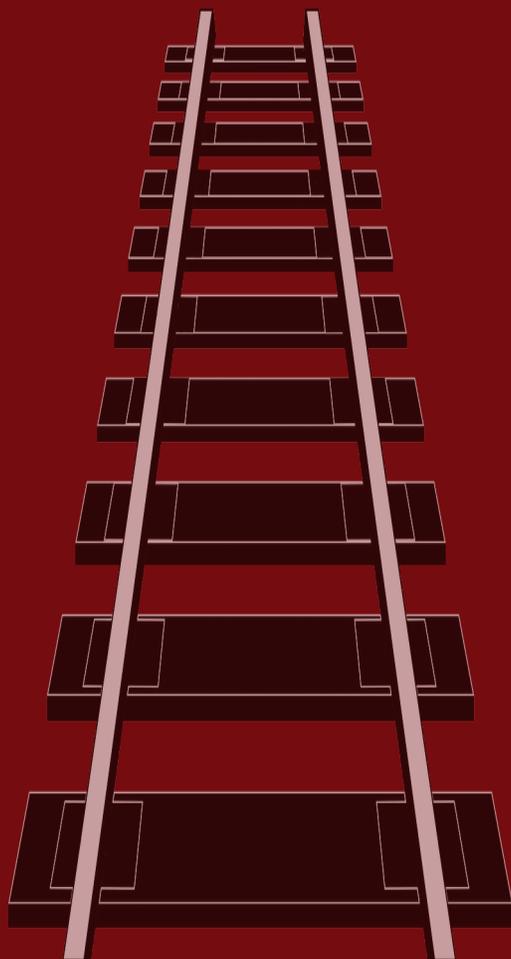


IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

LUCIANO LOURENÇO
(COORD.)

ALCAFACHE

30 ANOS DEPOIS



**O ACIDENTE FERROVIÁRIO DE ALCAFACHE:
UM OLHAR SOBRE A IMPRENSA DIÁRIA
GENERALISTA NACIONAL.**
**THE ALCAFACHE RAILWAY ACCIDENT:
A LOOK AT THE DAILY GENERALIST
NATIONAL PRESS.**

António Cabral de Oliveira
Jornalista
tocabraldeoliveira@gmail.com

Sumário: O choque de dois comboios naquele troço da Linha da Beira Alta foi um dos momentos mais marcantes e difíceis na minha vida de jornalista. Era o horror dos mortos e dos feridos, os corpos destruídos, o estupor dos presentes, aquele insuportável cheiro a carne humana queimada. Alcafache tem de ser irrepetível.

Palavras-chave: Acidente ferroviário, Alcafache, análise de imprensa.

Abstract: The clash of two trains on that section of the Beira Alta Line was one of the most striking and difficult moments in my life as a journalist. It was the horror of the dead and the wounded, the shattered bodies, the stupor of the present, that unbearable smell of burnt human flesh. Alcafache must be unrepeatable.

Keywords: Railway accident, Alcafache, press analysis.

Como seria, hoje, se nos víssemos confrontados com um novo alcafache?

Era um fim de tarde, aquele fim de tarde do dia 11 de setembro de 1985, apenas aparentemente igual a tantos outros. De repente, a informação sobre um acidente ferroviário em Alcafache, entre Nelas e Mangualde, tudo alterava.

Dois comboios, um proveniente do Porto e com destino a França, outro procedente da Guarda em direção a Coimbra, chocavam frontal e violentamente, naquele troço da Linha da Beira Alta. Tratava-se, como desde logo lhe chamava um bombeiro presente nos trabalhos de socorro, de *"uma grande tragédia"*.

As carruagens sinistradas, tomadas pelo fogo, transformavam-se no que *"parecia o inferno"*, onde havia *"mortos e sangue por todo o lado"*, e *"muitas pessoas ardião vivas"*, de acordo com os relatos que nos chegavam.

Não consigo recordar em pormenor – como em tantos outros aspetos, a memória seletiva que nos defende, e com que nos protegemos, funcionou plenamente – muito do que aconteceu. Mas sei que saí de Coimbra em direção ao local do sinistro com o então responsável máximo dos bombeiros da Região Centro, e meu amigo, Ribeiro de Almeida. Para viver, ali, aqueles que foram, com certeza, alguns dos momentos mais desagradáveis e difíceis da minha vida de jornalista (fig. 1).

Envolto num turbilhão de sentimentos, quantas vezes contraditórios, que sempre nos assaltam em situações assim dramáticas, quase limite, lembro, sobretudo, os cheiros que ainda hoje guardo. Especialmente o do odor a carne queimada. Que me vem acompanhando e, julgo, me acompanhará sempre.

Não será difícil imaginar o terrífico quadro que se vivia naquele pinhal da Beira. O horror dos mortos e dos feridos, os corpos destroçados e carbonizados, o estupor dos presentes, o empenhamento e entrega dos agentes de socorro.

Com limitações enormes nos meios técnicos disponíveis – a comparação com os recursos atuais é coisa de ficção – tudo era feito com esforço pessoal inaudito. Estava ali, perante a desgraça, a expressão da nossa melhor capacidade comunitária.

Se a proteção civil repousa, ainda hoje, essencialmente, nos bombeiros, a atividade de socorro era, naquele tempo, quase exclusivamente garantida por

esse escol de cidadãos, a grande maioria constituída por voluntários, um pouco, também, pela Cruz Vermelha Portuguesa.

Recordemos os meios então existentes: raras viaturas com pouco mais do que uma motobomba e meia dúzia de sarilhos de mangueiras e algum material sapador, (começava então a ser distribuído o primeiro material de desencarceramento), outras, menos ainda, com tanques de água, a que se juntavam, apenas uma ou duas por corporação, não ambulâncias, antes singelas automacas.

E a preparação do pessoal, empenhadíssimo embora nas suas missões, era mínima em termos de fogo, mais parca, se possível, no que respeita aos serviços de saúde.

O progresso alcançado, a realidade atual, quer de um, quer do outro, é incomparável.

Os corpos de bombeiros, muitos com pessoal profissionalizado, apresentam agora elevados graus de formação; os meios disponíveis – todo um vasto aparato de veículos contra incêndio, de desencarceramento, de ambulâncias pré-hospitalares, de unidades móveis de comando – respondem às maiores exigências; os equipamentos de proteção individual asseguram níveis de grande segurança; as redes rádio são instrumentos indispensáveis.

Uma realidade, outra, que nos permite olhar a eventual ocorrência de sinistros com a garantia absoluta de excelentes recursos.

A que acresce a existência do Instituto Nacional de Emergência Médica, com uma vasta logística e rica panóplia de ambulâncias medicalizadas, de helicópteros próprios, de postos avançados para triagem de feridos; a Autoridade Nacional de Proteção Civil, devidamente estruturada e disseminada pelo país; a GNR e a PSP, com melhores meios para bem garantirem a ordem pública. Para além, obviamente, de uma moderna rede hospitalar.

Naquele difícil dia 11 de setembro, quase 31 anos atrás, também nós, homens dos jornais, vivíamos circunscritos a quase nada na missão de levar a informação ao país. Recolhiam-se as notas possíveis que, mais tarde, de um qualquer café, dítariamos para as nossas redações. Procurando lutar contra a especulação, o exagero que, em tais circunstâncias, sempre ocorre. Porque nem tudo o que, voluntariosamente, se relatava, tinha acontecido. Eram as contradições, o exagero, até mesmo as algumas inverdades que o horror quase tornava realidade.

Quanto difícil foi tentarmos apurar, lembro, o número de vítimas. Seriam os trezentos mortos que algumas fontes então nos asseguravam? Ou as algumas dezenas de corpos que conseguíamos contar?

”*Ninguém sabe quantos morreram*”, titulava, na edição de 13, ”*O Comércio do Porto*”, que, na véspera, tinha noticiado 200 mortos . Ou mais de 100, como dizia o ”*Diário de Notícias*”? Ou as ”*centenas de vítimas*” de que se dava nota, cauteloso, ”*O Dia*” (fig. 2)?

A ausência de uma estrutura oficial que nos garantisse números corretos – ou pelo menos tendencialmente credíveis – foi, ali, sem questão, o grande problema que se nos levantava naquelas horas iniciais. Em que as atenções estavam, obviamente, mais viradas para o socorro e, menos, para a informação pública. Mas que, contudo, apesar de menos relevante, reconheça-se, era fundamental levar aos portugueses.

E que, com imensas dificuldades, a partir do quase pandemónio instalado, alcançámos fazer. Cheia de erros e omissões, que notamos sobretudo agora, mas logo reconhecíamos. Como o fez, permito-me citar, João Paulo de Oliveira, do ”*Diário Popular*”, na peça ”*A tragédia e suas proporções*”, quando escrevia que, se ”*os jornalistas são historiadores do efêmero*”, os jornais são, ”*constrangidos por limites de tempo de feitura, escravos de horas de entrada nas máquinas*”. ”*A tragédia de Alcáçache é paradigmática deste risco inevitável, as manchetes da imprensa significarão, pela discrepância, uma girândola de especulação*”. Para dizer, ainda, que ”*não faltará quem acuse os jornalistas de mentirosos ou alarmistas*”, quando, afinal, ”*as páginas dos jornais portugueses transmitiam a informação disponível, o cálculo plausível, a confiança razoável*”.

É, pois, numa perspetiva de procurar evitar erros futuros, com base na experiência, que nos propomos fazer, necessariamente breve, uma análise diacrónica das reportagens da imprensa escrita nacional, lançando um olhar sobre fotografias que agora, seguramente, não editaríamos.

Vejam, pois, como foi – e não correu nada bem –, a cobertura noticiosa dos jornais diários de grande expansão que então se publicavam em Portugal (fig. 2). E façamo-lo, por opção, confinados às três edições seguintes ao acidente.



a



d



b



e



c



f

Fig. 2 - Capas de matutinos do dia seguinte ao acidente (12 de setembro).

Fig. 2 - Covers of morning journals after the accident (September 12).

Começemos pelas manchetes do dia 12, com os matutinos Diário de Notícias a falar em «Mais de 100 mortos»(fig. 2a), número repetido no Jornal de Notícias, o Primeiro de Janeiro a contar mais de 300 vítimas mortais (fig. 2b), O Dia a referir «centenas de vítimas» (fig. 2c), O Diário a contabilizar "Dezenas de mortos e centenas de feridos" (fig. 2d), o Correio da Manhã a anunciar "Centenas de mortos" (fig. 2e) e O Comércio do Porto a noticiar "mais de 200 mortos" (fig. 2f). Um par de horas mais tarde, nos vespertinos, A Tarde, escrevia sobre uma "Noite de angústia e solidariedade" (fig. 3a), A Capital, destacava o "Inferno" vivido (fig. 3b), e o Diário de Lisboa precisava, em título maior que, no "Rescaldo de Alcafache: mortos, talvez mais de 50" (fig. 3c).

Em termos de cobertura noticiosa, o portuense «Jornal de Notícias» destacou-se, notoriamente, como o diário que mais ampla atenção dispen-



Fig. 3 - Primeiras páginas dos vespertinos do dia seguinte ao acidente (12 de setembro).

Fig. 3 - First pages of the evening newspapers in the day after the accident (September 12).

sou ao acidente quando, logo no primeiro dia, decidi imprimir uma edição especial de 16 páginas, que implicou, também no local, uma vasta equipa de 20 jornalistas.

«O Comércio do Porto», que, aquando dos grandes acontecimentos noticiosos, costumava acompanhar o seu colega nortenho com idênticas iniciativas, optou, na ocasião, por dedicar à ocorrência um amplo número de páginas na edição normal; o mesmo acontecendo com o lisboeta “Diário de Notícias” e o “Correio da Manhã” que, nesse dia, fez uma segunda edição.

Sobre o acidente, o JN publicou um conjunto de 26 páginas (16+8+2); o CP 23 (7+14+2); o PJ, 14 (5+5+4); O Dia, 8 (1+6+1); o DN, 10 (2+6+2); e o CM 12 (2+2+7+1). Dos vespertinos, o DP alongou-se por 17 páginas (9+6+2); o DL, por 11 (6+3+2); e A Capital, por 15 (9+5+1).

Tratou-se, pois, de uma ampla cobertura noticiosa (136 páginas), constata-se que, após uma enorme atenção nos primeiro e segundo dia, se notou, ao terceiro, uma quebra acentuada, para logo o tema sair da mira mediática.

Em termos de títulos, destaque, como já sublinhámos, para os números iniciais de vítimas mortais, absolutamente exagerados, o que obrigou a generalidade dos matutinos a correções – e justificações – na edição seguinte (fig. 4). Para o



Fig. 4 - O Diário Popular mostrava as primeiras páginas da imprensa portuguesa.
 Fig. 4 - The "Diário Popular" newspaper showed the first pages of the Portuguese press.

Jornal de Notícias, a tragédia era “menor do que se temia” (fig. 5a) e “as cinzas não se podem contar” (fig. 5b), O Comércio do Porto perguntava, na mesma linha, “quantos ficaram reduzidos a cinzas?” (fig. 5c) e o Correio da Manhã dizia “ainda há cadáveres nas cinzas” (fig. 5d). Isto enquanto, com os restantes, se iam atualizando os números, aproximando-os da verdade que, nas primeiras horas, não conseguimos apurar (fig. 4).



Fig. 5 - Era grande a incerteza sobre o número de vítimas.

Fig. 5 - There was great uncertainty about the number of victims.

No que se refere a conteúdos, todos os jornais, que fizeram deslocar para a Beira Alta equipas de reportagem próprias, recorreram ainda a peças das agências Lusa e Notícias de Portugal. O ambiente vivido, as operações de socorro e o envolvimento de helicópteros, a doação de sangue, testemunhos, a identificação dos sinistrados, a procura das causas do acidente, o relato de dramas pessoais, o cheiro a queimado e a desgraça, a solidariedade internacional, e as condolências do Papa João Paulo II, eram uma constante.

Quanto a cobertura fotográfica, ela foi muito profusa, sobretudo em dimensão, já que a sua qualidade, admita-se, era frágil. Imagens gerais das carruagens e pormenores do horror – a que não faltaram algumas, demasiadas, absolutamente lamentáveis, de restos humanos, e que jamais deveriam ter sido editadas –, completam, em substância, o que de melhor, e sobretudo pior, se publicou (fig. 6).

Recordando o que então escrevi (fig. 1), lembro o quadro dantesco; a amálgama de ferros, retorcidos e fumegantes que pareciam ser o prenúncio do Apocalipse; os cadáveres que permaneciam ainda nos destroços; o cheiro forte da desgraça que se percebia no ar; o esforço dos bombeiros que continuavam, cinco horas após o violento abaloamento, a retirar pedaços de corpos esquartejados e terrivelmente mutilados.

Depois de descrever o cenário de horror que se vivia – a ambulância de Aguiar da Beira que deu o alerta; a assunção do comando operacional por Américo Borges, comandante de Canas de Senhorim; o socorro e evacuação de feridos para o hospital de Viseu e centros de saúde mais próximos; o atónito deambular dos sobreviventes pelos pinhais entretanto também incendiados; os efetivos da Guarda Nacional Republicana a montarem proteção ao local – falava da dor dos sinistrados a que se juntava a dor dos socorristas já que a qualquer impressionava ver um semelhante ser pasto de chamas, o retirar do braseiro de um corpo mutilado, o topar com a indefesa criança esmagada pelos ferros disformes.

E continuava com a habitual, e politicamente correta, «romaria», desde o secretário de Estado das Comunicações, o da Defesa, o Presidente da República, Ramalho Eanes, também de Mário Soares (fig. 7), primeiro-ministro. Para sublinhar, depois, os possivelmente 150 feridos e a meia centena de mortos,



Fig. 7 - Diferentes cenários do socorro prestado.
 Fig. 7 - Different scenarios of help provided.

números que, embora terríveis, eram, perante as proporções do desastre, menores do que se reccara.

A reportagem prosseguia com os desencontros de informação (dos 300 mortos referidos encontravam-se 52 corpos, os feridos, uma centena e meia, não eram afinal tão graves), para então concluir com referências ao grau de preparação, querer, e generosidade dos socorristas, dos prestimosos bombeiros, médicos, e elementos da GNR, do popular anónimo, sempre pronto a auxiliar, no transe, o seu semelhante, naquele que foi o maior acidente ferroviário algum dia ocorrido no nosso país.

É, julgo, de uma enorme pertinência a temática hoje em análise neste X Encontro Nacional de Riscos. Não tanto para revisitarmos o acidente e as suas circunstâncias, mas sobretudo para retirarmos lições de futuro que nos permitam melhorar os nossos comportamentos. Sejam eles de socorro (que ficam naturalmente para outros), sejam, e sobre elas me atenho particularmente, os da informação.

Como seria, hoje, se nos víssemos confrontados com um novo Alcaface? Disporíamos já de estruturas fiáveis para nos facilitarem as tarefas na nossa indispensável missão de informar? Teríamos serviços de assessoria de imprensa, sala de informação, notas à comunicação social, garantia de fotografias, meios técnicos, estaria assegurada a existência de um porta-voz oficial?

No que concerne à informação pública, o que poderíamos, pois, encontrar? Infelizmente, temo-o bem, nada que nos orgulhasse muito. De um lado, debater-nos-íamos com o sensacionalismo que hoje a tantos empenha; do outro, iríamos defrontar-nos com a generalizada utilização de telemóveis, que faz de qualquer imprevisto cidadão um potencial emissor.

A democratização da capacidade de transmitir informações através de meios eletrónicos, sem qualquer mediação ou regulação por quem não é eticamente responsabilizável, o uso de ferramentas como, apenas dois exemplos, o Facebook ou o Twitter, fazem-me rezear, pelo menos numa fase inicial, um quadro de generalizada confusão comunicacional.

E quanto aos jornalistas, eles próprios? São também sérias as minhas preocupações. Não que os profissionais de hoje sejam piores do que os de então – em boa verdade até estão melhor preparados –, mas a precariedade e a desvalorização profissionais são, agora, definitivamente limitadoras. Quando, outrora, se nos exigia, sobretudo na rádio e na televisão, sobriedade e recusa de sensacionalismo, mesmo de emotividade, hoje parece cultivar-se o contrário.

Mal dirigidos por chefias comprometidas com os poderes estabelecidos, também vencidos pelas exigências empresariais que se movem não pelo interesse público, mas pelo lucro fácil assente nas tiragens e nos «*shares*», como poderão eles exercer, plenamente, a sua exigente missão?

Afinal, como dizer não à «*festa*» do fogo, mostrando não a beleza dantesca das chamas, mas o desolador manto queimado que delas resulta; como dizer não ao «espetáculo» do acidente, recusando imagens degradantes, para se evidenciar, pelo contrário, o terrível saldo negativo da perda de vidas e de bens que dele resulta?

O que aconteceu em Alcafache, não pode voltar a suceder. E as carências de 1985, não podem ser, agora, os excessos de hoje.

Se não o conseguirmos, desde logo nós próprios, através dos princípios da ética jornalística, que se faça, então – em nome dos valores civilizacionais –, também através da lei que nos organiza enquanto sociedade, pela intervenção de entidade reguladora.

Defendo, sempre o fiz, a dignidade da pessoa humana, pugnarei, sem hesitação, pelos direitos da privacidade na vida e na morte. E fá-lo-ei, permanentemente, no inteiro respeito pelo dever de informar e de ser informado, de acordo com os valores do jornalismo livre e plural.

A propensão dos portugueses para olhar a desgraça alheia, para o sensacionalismo, não pode ser alimentada pelos meios de comunicação social, tem, pela inversa, de ser por eles combatida.

A liberdade de imprensa é um bem absoluto e inalienável, caracterizador das sociedades democráticas, e por ela nos bateremos sem desfalecimento. Mas à liberdade de imprensa tem de corresponder, por igual, um enorme sentido de responsabilidade, a que obrigam, de forma indeclinável, as normas deontológicas dos jornalistas.

Na selva mediática em que está transformado o nosso presente, torna-se cada vez mais importante, indispensável mesmo, a atividade mediadora do jornalista. Cujas ações têm de repousar na sua credibilização pessoal, na respeitabilidade e confiabilidade dos órgãos de comunicação social.

Se os bombeiros são, já o dissemos, parte essencial da atividade da proteção civil, descentralizando-a e operacionalizando-a por todo o país, é à ANPC que compete a enorme tarefa da sua organização. Que, sustentadamente, entre muitas outras preocupações, tem de saber apoiar, como uma das suas mais importantes componentes, o trabalho jornalístico.

Qualquer ocorrência reveste, ou ganha, em si mesma, diferentes dimensões. Para todas elas – de âmbito local, regional ou nacional – é indispensável encontrar respostas tecnicamente consistentes ao nível da comunicação. Pelo que urge encontrar soluções estruturadas para o pequeno sinistro, o acidente médio, a grande catástrofe.

Se, no primeiro caso, ela poderá ser garantida com o contributo de voluntários, a estrutura de comunicação, de um ponto de vista mais alargado, pode recorrer

aos serviços próprios dos municípios, envolvendo os profissionais já existentes, a quem deverá ser garantida uma preparação técnica de entrosamento nas exigências específicas do socorrismo.

Para situações mais graves, há que encontrar as respostas indispensáveis no quadro dos comandos distritais da APC, através de serviços de imprensa, permanentes, atualmente só instalados, julgo, na estrutura central, em Lisboa.

Bem sei – e os meus camaradas jornalistas tanto me asseguram – que a resposta dos CDOS é hoje suficientemente positiva, dependendo embora, e muito, dizem-me, do carácter do seu comandante, normalmente disponível para uma efetiva colaboração.

Pelo que importa, assim, que, por igual, estes níveis da organização fiquem dotados de tais meios profissionais que, corretamente integrados nos sistemas de operações de socorro, o sejam, também, nas suas ligações, não raro complexas, com os jornalistas.

É certa, e da maior importância, a existência de um oficial de relações públicas, responsável por um conjunto de competências que incluem, nomeadamente, prestar informações aos órgãos de comunicação social, preparar briefings, dossiers e conferências de imprensa, informar o comando sobre solicitações dos jornalistas, acompanhar e transmitir ao COS as notícias difundidas, e organizar visitas aos locais de interesse nas zonas de intervenção.

Mas essa função, relevantíssima, terá de ser otimizada, para além das relações públicas – que em boa verdade nada têm a ver com jornalismo – com a existência, oficiais do mesmo ofício, de assessorias de imprensa.

Com as quais queremos significar, afinal, a bem dos portugueses e do socorrismo, um conjunto de estruturas que nos permitam viabilizar, em interesse mútuo, uma melhor prestação também de serviços de comunicação e de informação em cenário de operações de socorro.